

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES VIOLENTAS E SUA NATURALIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA VILA CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE

Julio¹, Ana Luiza dos Santos
Strey², Marlene Neves

RESUMO

Este texto é fruto da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação, realizado em 2005. Apresentamos alguns resultados do estudo realizado com mulheres negras atendidas por uma ONG estabelecida em vila da periferia da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Foram feitas entrevistas, por meio das quais foram obtidos relatos e histórias de vida de mulheres negras, nas quais a vivência da violência era o aspecto mais marcante. São apresentadas as palavras de duas das entrevistadas, que são discutidas a partir dos enfoques de gênero e etnia. Pode-se concluir que na apatia diante da vida, encontra-se o cerne da imobilidade na vivência da violência e da permanente reprodução das relações de violência, que, sutilmente, vão deixando suas marcas de naturalização a cada repetição. É neste sentido que é a mulher, que vive tal violência, quem deve romper com esse ciclo. A função das instituições que se debruçam sobre esse fenômeno é propiciar mecanismos propulsores.

¹ Psicóloga, doutoranda em psicologia pela PUCRS- atualmente professora do Centro Metodista IPA, Porto Alegre- e-mail a-julio@hotmail.com

² Pesquisadora CNPq, Doutora em Psicologia PUCRS, professora titular da PUCRS, streymn@puers.edu

Palavras-chave: mulheres negras; violência; naturalização; etnia;

ABSTRACT

This paper is about a research made for a Master dissertation. The work was developed in a non governmental institution named Maria Mulher in a poor neighborhood of Porto Alegre in Rio Grande do Sul. There were been used interviews to get narratives and life's history of black women that suffer domestic violence. Here are presented this women's words about the violence of their lives. To discuss this data are used gender and ethnic focus. It is possible to conclude that in the apathy before life is where we can find the seems of submission at violence, and the permanent repetition of violent relationships. All this produce invisible marks and apparent naturalness. In this sense, women themselves need to break out this situation. Institutions need to offer propeller mechanisms.

Keywords: black women; violence; naturalation; ethny.

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado na qual se abordou a questão de como a violência tem sido naturalizada e de que como isso repercute no dia a dia das mulheres negras faveladas, que constroem sua existência a partir das relações pautadas na violência.

Para abordar a questão da violência doméstica vivenciada pelas mulheres negras, economicamente desfavorecidas, recorreremos à Organização não governamental Maria Mulher,

que trabalha na cidade de Porto Alegre a partir dos recortes raça, racismo, gênero e violência.

Na ONG Maria Mulher, em sua sede situada em uma vila da periferia de Porto Alegre, fizemos entrevistas com 6 mulheres, previamente selecionadas dentre 55 mulheres auto-identificadas como negras. Utilizamos a narrativa do tipo história oral, na qual as mulheres rememoraram e relataram suas experiências de violência. Para analisar as entrevistas utilizamos os aportes teóricos da Psicologia Social, da Educação Popular, dos Estudos Feministas e dos estudos de Gênero, que nos auxiliaram na compreensão das condições básicas que subsidiam a existência humana, que precisam ser possibilitadas a todos(as) equitativamente, considerando as semelhanças e as diferenças. Buscando nas relações humanas o ponto de intersecção que nos aproxima e que, ao mesmo tempo, nos diferencia, tornamo-nos únicos(as) e, por isso, diversos(as) uns(as) dos(as) outros(as). Nas palavras de Fauzzi Arapp “o ponto maior de aproximação é através da aceitação da distância e do reconhecimento dela”³. É a partir deste entendimento do movimento de aproximação/distância, que fazemos o estudo aqui discutido.

Neste artigo apresentamos a palavra de 2 dentre as 6 mulheres entrevistadas: Maria e Madalena, cujos nomes foram trocados. Os critérios de escolha das mulheres foram: nível escolar, idade, situação de trabalho e de moradia e tipo de violência doméstica por elas vivida. Nas entrevistas, centramos nossa atenção nas seguintes categorias, previamente definidas: 1- rede de apoio; 2- concepção de ser mulher; 3- concepção de violência; e 4- estratégias de sobrevivência frente à violência vivida.

1-Marco teórico: Lidar com a cidadania negra é ter de reconhecer a não-cidadania negra. E é justamente isto, que nos põem em contato com a questão da violência doméstica sofrida pelas negras. O pressuposto é que, onde há cidadania, dificilmente ocorre a violência, já que esta é consequência da falta daquela. A comunidade negra, em geral, pertence a uma categoria sócio-econômica sem poder. Saffioti (1987) aponta que a categoria social negros não é homogênea, e que esta heterogeneidade encontra-se também na categoria social mulheres. As vilas e favelas das periferias urbanas costumam ter a conotação de “perigosas” (havendo ali tráfico de drogas, bandidagem e outras categorias de “inaceitáveis” sociais), e as mulheres negras encontram-se, ali, submersas num contexto de impossibilidades situando seu viver. Nos dizeres de Saffioti (1987, p. 88), “como separar o patriarcado, o racismo e

³ citação retirada de ma música cantada por Maria Betânia

o capitalismo se, na prática da realidade cotidiana, se na luta diária pela sobrevivência não é possível distinguir como independentes, capazes de atuação autônoma, estes três sistemas de dominação-exploração que se fundiram ao longo da História?”.

A existência do racismo está ligada a concepções raciais e à suposta supremacia de uns sobre os outros. Saffioti (1987, p.89), cita Sartre, dizendo que “...o problema dos negros é o problema dos brancos” e segue dizendo que os problemas das mulheres são também problemas dos homens. De onde concluímos que a luta pela igualdade sexual e étnica é uma luta geral, e não específica, diferenciada, secundária. É a própria ordem do dia, à medida que todo o ser humano está aí implicado. Saffioti salienta que nenhuma das sociedades socialistas em suas relações cotidianas, conseguiu resolver o problema do racismo e da inferioridade social da mulher. Daí se depreende que ser mulher negra em condições econômicas que podem ser descritas, por vezes, como estando abaixo da linha da pobreza, é de fato, estar no último ponto da categorização de importância social, numa denominada “sub-cidadania”, pois ser mulher negra, é encontrar-se no mais baixo degrau de categorização social, onde o homem branco fica em primeiro plano, seguido da mulher branca (por prevalência

étnica), depois pelo homem negro, onde, por fim, então, encontra-se a mulher negra.

Para que essas mulheres se tornem cidadãs de fato e de direito, faz-se necessário que tenham voz ativa e conclamem suas necessidades e demandas. Que possam perceber e, na medida do percebido e entendido, lutar, por todas as questões que lhes sejam próprias e que, por esta razão, sejam por elas reivindicadas. Neste sentido percebe-se a importância das ações afirmativas, pelas quais possam ser criados mecanismos políticos de inserção social para a comunidade negra, que vem por séculos, sendo expropriada em suas possibilidades de ascensão e estabilidade social.

As mulheres negras de classes populares, vítimas de violência doméstica, e que são as protagonistas de nosso estudo, têm baixa escolarização. Para elas a inserção no mercado de trabalho está reduzido à prestação de serviços, entre os quais são os domésticos os de maior incidência; e, em geral, de maneira informal. Nestas relações, acabam por não ter direitos trabalhistas reconhecidos, estabelecendo-se, assim, a exploração capitalista do trabalho dito invisível, e de difícil avaliação. Não sendo avaliado, permanece como está, com todas as suas explorações e descréditos. Há que dizer-se que a lei que regulamenta as relações de trabalho no Brasil, ainda não definiu com clareza a questão

da profissão do emprego doméstico. Sendo assim, só assina a carteira de trabalho, reconhecendo a relação de trabalho, o empregador que assim o deseja, sendo, portanto, uma relação de trabalho com caráter subjetivo. Neste sentido, há autores que apontam a herança da escravidão ainda se fazendo presente nas relações trabalhistas das mulheres negras, que são, eminentemente, as que se encontram nesse trabalho.

A violência doméstica apresenta-se, na vida cotidiana, como uma realidade interpretada pelos seres humanos e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente. Esse mundo tem sido significado pelas práticas e vivências do dia-a-dia, constituídas na relação violenta, que tem sido a marca do domínio de uns sobre os outros. Nas surras, nas violências sofridas, essas mulheres percebem-se fracas, frágeis, subjugadas e, pior, merecedoras do que lhes acontece.

Ivone Gebara (2000) apresenta em sua fenomenologia do mal, uma tentativa de mergulhar nas experiências vividas pelas mulheres, especialmente nas experiências más. Explicitando melhor essa fenomenologia do mal feminino, Gebara diz que se trata de tentar ouvir vozes de diversas tonalidades e de perceber as nuances particulares nos gritos, nos suspiros e nos silêncios. Trata-se, também, de descobrir novos lugares, onde o mal exista, lugares que,

talvez, ainda não tenham sido suficientemente denunciados, e precisam, portanto, que alguém o faça.

Discussão – A Vila onde realizamos as entrevistas é uma das grandes comunidades populares da periferia de Porto Alegre, marcada pela pobreza e pela falta de todo o tipo de recursos. É ali que muitas pessoas (negras em sua maioria) vão nascendo, crescendo e construindo sua subjetividade. Como se reconhecer nesse ambiente no qual o que fala mais alto é a fragmentação, posto que assim é a favela, pedaços de coisas daqui e dali, formando uma geometria multicolorida, um mosaico, onde cada uma das pessoas precisa construir sua dignidade e identidade. É um ambiente que reafirma, por vezes, um sentimento de ser merecedor de qualquer coisa que surja, dentre as quais, a violência. É nesse ambiente que mulheres amam, apanham e constroem sua cidadania, juntamente com as suas famílias. O sentimento de naturalização, de banalização não é pequeno. Por isso, também, é preciso que as experiências pessoais que cada uma dessas mulheres passa, sejam validadas e recebam sentido e significado. O movimento de denúncia e de visualizar o invisível é força desta espécie de feminismo. Entretanto, é preciso lembrar que, se o feminismo, de uma maneira geral, encontra-se num nível razoável de desenvolvimento, o

feminismo negro encontra-se ainda muito aquém do necessário.

Seguindo o raciocínio acima, é necessário introduzir aqui a idéia de branqueamento. Iray Carone (2002) conceitua o branqueamento como sendo a pressão cultural exercida pela hegemonia branca sobre a população negra. Essa ideologia do branqueamento seria, assim, uma espécie de purificação étnica objetivando a eliminação do negro como raça, sofrendo varias alterações nesse processo até que os negros e as negras, já “branqueados”, pudessem alcançar os mesmos patamares sociais e pessoais atingidos pelos(as) brancos(as). Esse não é o caso de nossas entrevistadas, já que todas, já ao primeiro olhar, não deixam dúvidas sobre o fato de serem negras.

Recuperando aqui as categorias que nortearam nossa pesquisa, trazemos, em primeiro lugar, a questão das redes de apoio com as quais essas mulheres podem contar em momentos de dificuldade. Essa “rede” foi indicada, inicialmente, pela própria ONG. A rede de apoio é necessária para que as mulheres possam identificar o que vem a ser a vivência da violência, assim como para apontar o quanto esta tem sido naturalizada no cotidiano em que meninas e adolescentes tendem a crescer e viver tão intensamente. Já adultas, essas mulheres chegam a pensar e a sentir que essas relações violentas são normais, que o estado de submissão

das mulheres aos homens é como as coisas devem ser.

A segunda categoria foi buscar compreender e problematizar como essas mulheres negras, moradoras nessa vila da periferia de Porto Alegre, por meio de suas histórias de vida, se constituem e se vêem como mulheres. Para tal, foi necessário abordar desde suas vivências infantis, com pais/mães e familiares, até à vida adulta, o trabalho e as relações conjugais. Houve uma certa dificuldade de falarem sobre sua vivência do feminino, isto é, de sua sexualidade e de suas percepções de gênero. Apareceu uma identidade de ser mãe, que instigava a que suportassem o melhor que pudessem toda a violência que sofriam “em nome da mãe”. Enxergarem-se como mulheres fora da maternidade, foi algo mais raro, mais precioso, quase na ordem do impossível.

Na terceira categoria, buscamos identificar a concepção de violência doméstica que essas mulheres tinham diante de suas experiências de vida e diante da vida como um todo. A dificuldade foi intensa, até podermos perceber que essas mulheres não tinham claramente definido tal concepção, uma vez serem atos corriqueiros e comuns (porque banalizados) em suas vidas, desde a mais tenra idade, de maneira que muitos dos seus sofrimentos não eram codificados como sendo violência. Essa aproximação e escuta, de alguma forma,

aproximou-as de suas próprias experiências. A utilização da história de vida como recurso metodológico, possibilitou o resgate e a tomada de consciência sobre a própria experiência, para só então poderem sar conta de que o vivido e experienciado era violência. Essa atividade de recordar a própria história permite que muitos recursos psicológicos entrem em ação, lembrando e recuperando experiências e vivências do passado com toda sua carga afetivo-emocional. Eclodem, assim, não só as dores e o sofrimento, mas, também, muitos aspectos positivos que ficam submetidos à violência e à desesperança. A quarta e última categoria foi identificar e descrever as estratégias de sobrevivência enfrentadas por essas mulheres diante da violência doméstica. Dois caminhos foram possíveis identificar diante da descrição da violência vivida: 1- a resignação e o acomodamento que refletem uma atitude passiva e negativa diante da vida, e 2- a tomada das rédeas de suas vidas às mãos e a busca de estratégias para romper com a violência, criando outras possibilidades para a vida.

A grande solução apontada por essas mulheres vítimas de violência, principalmente considerando a questão de baixa qualidade de vida que levam, foi separar-se de seus agressores. Maria, uma das entrevistadas que ainda não conseguiu separar-se, chega a sentir uma espécie

de ciúmes de uma conhecida que conseguiu desvencilhar-se do companheiro agressor. “*Este, diz Maria, é o caminho para deixar de sofrer*”; mas ela ainda não se vê com garra suficiente para isso.

As mulheres entrevistadas chegaram à ONGMM em busca de apoio para poder romper com o ciclo de violência em que viviam, embora nem sempre ficava claro para elas mesmas que sua situação era de violência. Em suas histórias, podia-se perceber que a violência era tão naturalizada, que parecia algo corriqueiro, a que todas as mulheres estavam sujeitas. Essa naturalização impedia a percepção de que a violência não era um fenômeno natural e inevitável, mas sim uma construção que poderia ser transformada. Isto certamente se dava como estratégia de defesa, assim como possibilidade de sobrevivência, tamanho o aviltamento à vida.

Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa eram filhas de alcoolistas, convivendo com essa doença e a degeneração bio-psíquica e sócio-familiar que ela institui, desde a mais tenra idade. O alcoolismo aparecia em suas vidas de forma também naturalizada, pois não apenas cresceram nesse ambiente em que todos se entorpeciam e deturpavam os sentidos, como havia e há o incentivo social pela aceitabilidade do uso do álcool, negando-lhe a periculosidade. Além disso, também foram submetidas à violência doméstica

seja por exposição à mãe que era espancada, em geral por parte do pai, seja por elas próprias terem levado surras, por qualquer motivo, ou mesmo, por terem sido expostas à agressão verbal ou ao autoritarismo desmedido por parte dos responsáveis por elas.

A educação formal lhes foi negada, para que pudessem dedicar-se aos afazeres domésticos e à lida com os(as) irmãos(ãs) mais novos(as), em geral, aos irmãos homens. A esses meninos era dada alguma oportunidade de estudo, independentemente de terem aproveitado ou não. Em suas falas relatam que: “saí da escola para ajudar a cuidar de meus irmãos homens”. Eles tiveram a oportunidade de estudar, “a mãe só gostava dos filhos homens”, isto é, as chances foram proporcionadas a eles. Elas percebiam que suas vidas, atualmente, teriam sido bastante diferentes se tivessem estudado, pelo menos, até o segundo grau.

Na história dessas mulheres pode ser observado o quanto puderam utilizar as redes de apoio para que pudessem romper com esse ciclo violento de toda a ordem. A rede de apoio era uma via de mão dupla, pois através dela, tanto apoiavam quanto eram apoiadas: “Coração de mãe, aonde tem lugar pra três, tem pra mais um”. Madalena explicitou que recebeu apoio sim, e que conseguiu transformar-se com este apoio que recebeu. Ela cuidava (e cuida) de carros e coleta

lixo limpo nas ruas. Participava dos grupos de apoio da ONG como pré-condição para entrar em algum programa de bolsa auxílio, que, como informou, já conseguiu. O que esteve explícito é que ela não agüentava mais sofrer a violência do companheiro e precisou de recursos externos para poder separar-se dele. O que fez o mais rápido possível. Tanto Maria quanto Madalena afirmaram que “os programas da ONG são positivos, pois as palestras com as psicólogas ajudam a pessoa a ver como as coisas são”. Maria comentou que, mesmo que tenha conseguido falar e ouvir orientações lá na ONG, “a coisa nunca mais some. É uma coisa que dói, é uma coisa que fica pra sempre. Não tem como apagar nunca mais da gente; quando a gente toca no assunto, vem aquela mágoa, vem aquela dor. É uma coisa que fica. Não tem como apagar nunca mais da gente, por mais que a gente queira”. Nas suas próprias palavras frente à experiência, diz Madalena: “fiquei com recordações que não somem nunca mais, que é coisa que não tem como apagar, porque depois que mancha a pele da gente nunca mais sai. Uma marca de, de, de [gagueja] queimadura, uma marca de uma coronhada. Isto são marcas que nunca somem. Ficam pra sempre com a gente. Não tem como sair”.

Ou seja, é algo bem mais profundo que a superfície da pele. E qual a saída, que estratégias

de sobrevivência são possíveis para romper com o ciclo da violência doméstica? No início de nossa conversa Madalena dizia que a marca era só na pele. Ora não existe algo mais degradante para as mulheres do que não serem estimadas e respeitadas como mulheres. Ser retirada da escola, por exemplo, justamente porque, sendo mulher, tinha outras obrigações que não a escolarização é uma das formas de desrespeito para com as mulheres.

Nesse sentido, Hillesheim (2004) nos pontua que as atividades domésticas são hierarquizadas socialmente e utilizadas como uma forma de poder entre os sexos. Para as mulheres negras, não é apenas a questão de gênero que está colocada, como também a questão étnica. Para o grupo de mulheres negras, este permanece sendo o trabalho que lhes tem cabido. Madalena, no lugar de “mulher”, trabalha como doméstica em casa, ainda que nada do que fizesse fosse considerado suficiente, justificando as surras que levava do “companheiro”. Ela chegava a pensar em “libertar-se”, em sair e descontraír. Suas irmãs, no entanto, achavam que se fizesse isso seria considerada uma “galinha”, que tal atitude não condizia com uma mulher casada. Ao chegar na ONG pode perceber onde se situava seu problema: o de estar vivenciando violência doméstica. Passou a poder reconhecer seu sofrimento e, principalmente, a entender que

podia lutar contra esse sofrimento, que não era inevitável em sua vida. Pode, então, dar-se conta de que suas tarefas como cuidadora – da casa, dos filhos – eram menos valiosas, se é que tinham algum valor, não só para seu companheiro, mas para todo seu entorno doméstico e social.

Conclusão: A educação das relações violentas e sua naturalização, só poderão ser rompidas no cotidiano, pois é ali que surgem e se alimentam. Aprende-se, no dia-a-dia a ser violento, seja pela reprodução da violência sofrida na própria pele, seja naquela que é visualizada, ou, pior ainda, na que se apresenta como currículo oculto na educação formal, nas relações informais, na sociedade e na cultura. Esse “currículo” oculto é aquele que se apresenta nas entrelinhas das relações educacionais de todos os tipos, sem que seja nomeado. Essas relações de discriminação racial e de gênero tendem a se adequar bem a esse currículo, de tal maneira que os preconceitos em relação à comunidade negra e à mulher aí se instauram, se estruturam e se desenvolvem e reproduzem sem serem percebidos como tais. Daí a premente necessidade de se dar voz a essas mulheres negras para que possam se ver na dor que vivenciam e, vendo-se, buscar meios para romper com o que as oprime. Esses meios estão à sua disposição, de alguma maneira, nas suas histórias de vida. O que passa é que costumam ser abafados e distorcidos, submergidos com

poucas possibilidades de serem reconhecidos e resgatados.

A ONG Maria Mulher é uma organização de mulheres negras que cumpre com esse papel de mostrar e resgatar, quando se propõe ao trabalho de propiciar visibilidade social a esse grupo de mulheres. A banalização das relações violentas se dá pela aceitação, na maior parte das vezes inconsciente, de que este é o jeito da vida, jeito das coisas, e que não há como, porque, ou por onde mudar e romper com isso. A política da violência é transmitida corriqueiramente, sem que seja nomeada, no lares, nas ruas e principalmente nas instituições formais, a cada vez que se deixa de dialogar e diminuir as distâncias entre as pessoas, mantendo-as invisíveis e indiferenciadas. O entendimento de que essa é a ordem da vida, traz em sua essência, a idéia de que a mulher negra é um ser do sofrimento e de que nada pode ser feito. Nessa apatia diante da vida, encontra-se o cerne da imobilidade nessa vivência e da permanente reprodução das relações de violência, que, sutilmente, vão deixando suas marcas de naturalização a cada repetição. É neste sentido que é ela, a mulher, que vive tal violência, quem deve romper com esse ciclo. A função das instituições que se debruçam sobre esse fenômeno é propiciar mecanismos propulsores.

CARONE, Iray. Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: _____ *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, 189p.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio. Uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000, 261 p.

HILLESHEIM, Betina. Trabalho doméstico: “O serviço de sempre”. In: Strey, Marlene Neves; Cabeda, Sonia T. Lisboa; Prehn, Denise Rodrigues (Orgs.). *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2004, 298 p.

SAFFIOTTI, Heleieth I.B. *O Poder do Macho*. 12ª ed., São Paulo: Editora Moderna, 1987, 120 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS